



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.491-A, DE 2025

(Do Sr. Duda Ramos)

Institui o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas (SINAERP), e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. JOSENILDO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Duda Ramos** - MDB/RR

Apresentação: 22/05/2025 17:48:38.433 - Mesa

PL n.2491/2025

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. DUDA RAMOS)

Institui o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas (SINAERP), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas – SINAERP, com o objetivo de fomentar, qualificar e integrar políticas públicas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo em áreas periféricas urbanas, comunidades vulneráveis e regiões de baixa densidade econômica, com ênfase nas Regiões Norte e Nordeste.

Art. 2º São diretrizes do SINAERP:

I – Redução de 50% em todas as taxas e encargos incidentes sobre financiamentos públicos voltados a empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte situadas em regiões periféricas e de vulnerabilidade socioeconômica;

II – Vinculação do acesso a crédito à comprovação de conclusão, com no mínimo 95% de aproveitamento, de curso técnico-formativo multidisciplinar ofertado pelo Sistema S;

III – Prioridade de financiamento para empreendimentos que apresentem planos de geração de empregos e inclusão produtiva local, especialmente com:

a) Contratação de mulheres chefes de lares;

b) Inclusão de jovens em situação de expulsão ou ruptura familiar;



c) Contratação de migrantes e refugiados em regiões de intensa movimentação populacional, como o estado de Roraima, como instrumento de mitigação da pobreza e prevenção da criminalidade.

IV – Oferta gratuita, com apoio do Sebrae e de instituições de ensino superior públicas e comunitárias, de pesquisas de mercado locais e formação continuada para os empreendedores beneficiados;

V – Vinculação dos empreendimentos apoiados, sempre que possível, a mecanismos de incubadoras, parques tecnológicos, arranjos produtivos locais e redes de inovação social;

VI – Obrigação de o Estado garantir contrapartida na forma de segurança pública ostensiva e estratégias de proteção comunitária, em regiões onde houver implantação de núcleos de empreendedorismo do programa;

VII – Financiamento de ações de apoio técnico e operacional aos empreendimentos, por meio de recursos específicos.

Art. 3º O curso técnico-formativo de que trata o inciso II do art. 2º deverá contemplar, no mínimo, os seguintes eixos:

I – Gestão financeira e contábil;

II – Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;

III – Planejamento de negócios e estudo de mercado;

IV – Marketing digital e posicionamento comercial;

V – Noções de legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

Parágrafo único. O curso será gratuito, com oferta em formato híbrido, adaptável à realidade regional, e poderá ser executado por instituições públicas, conveniadas ou do Sistema S.

Art. 4º Os empreendimentos apoiados deverão:

I – Apresentar regularidade no recolhimento de tributos após 12 meses da obtenção do financiamento;

II – Entregar relatórios semestrais de impacto social, educacional e econômico, conforme regulamento.



Art. 5º Constituem fontes de financiamento do SINAERP:

I – Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);

II – Recursos oriundos de emendas parlamentares impositivas e transferências voluntárias da União;

III – Participação percentual, a ser definida por regulamento, de receitas provenientes da exploração de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 12.858/2013;

IV – Aportes do Sistema S e entidades do terceiro setor, mediante convênios;

V – Doações privadas e recursos de organismos internacionais de desenvolvimento e fomento.

Art. 6º O SINAERP terá prioridade de implementação nas Regiões Norte e Nordeste, com cronograma progressivo de expansão nacional.

Parágrafo único. A execução do Programa será objeto de revisão periódica a cada 8 (oito) anos pelo Congresso Nacional, com o objetivo de promover melhorias contínuas.

Art. 7º Deverá ser instituído, por norma posterior, um regulamento nacional contendo:

I – As metas anuais e indicadores de impacto educacional, social e econômico;

II – Critérios de avaliação de desempenho dos empreendimentos;

III – Mecanismos rígidos de prevenção à corrupção e ao desvio de finalidade, incluindo auditorias externas, conselhos de controle social e transparência ativa nos portais oficiais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O Brasil enfrenta profundas desigualdades no acesso ao mercado de trabalho formal e à capacidade de empreender com sustentabilidade, especialmente em comunidades periféricas e nas Regiões Norte e Nordeste.

Em Roraima, a taxa de informalidade ultrapassa 60%, segundo dados do IBGE. O Estado vivencia sérias limitações de infraestrutura econômica, alto índice de desemprego entre jovens, e um fenômeno crescente de imigração, especialmente de venezuelanos em situação de extrema pobreza.

Além disso, há registros crescentes de expulsão de jovens de suas casas, motivados por violência, abandono ou miséria, o que os torna mais vulneráveis à criminalidade e à marginalização. Da mesma forma, mulheres chefes de família, que lideram mais da metade dos domicílios nas áreas urbanas de Boa Vista e municípios como Pacaraima, enfrentam barreiras maiores para o acesso a crédito e qualificação.

Ao propor a criação do Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas (SINAERP), este Projeto de Lei visa responder a essa realidade com uma política pública estruturada, com suporte técnico, inteligência de mercado e responsabilidade social.

O SINAERP se propõe a ser um programa transformador: financia, capacita, orienta e protege os novos empreendedores em um ciclo sustentável de inclusão econômica. O modelo inclui mecanismos anticorrupção, metas claras, fiscalização pública e priorização dos mais vulneráveis, sem abrir mão da contrapartida do Estado em segurança pública e proteção social.

A proposta se alinha com experiências internacionais exitosas em países como Colômbia, Índia e África do Sul, onde programas similares reduziram significativamente o desemprego juvenil e fortaleceram a economia de base local.



A criação deste Sistema não é apenas uma medida de estímulo econômico. É um projeto de justiça social, resiliência comunitária e reconstrução do pacto federativo com base na equidade.

Por sua relevância social e potencial transformador, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2025.

Deputado DUDA RAMOS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.858, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei12858-9-setembro-2013-777015-norma-pl.html
--	---

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 2.491, DE 2025

Institui o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas (SINAERP), e dá outras providências.

Autor: Deputado DUDA RAMOS

Relator: Deputado JOSENILDO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.491, de 2025, de autoria do Deputado Duda Ramos, institui o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas – SINAERP, com o objetivo de fomentar, qualificar e integrar políticas públicas destinadas ao fortalecimento do empreendedorismo em áreas urbanas periféricas, comunidades vulneráveis e regiões de baixa densidade econômica, com ênfase nas Regiões Norte e Nordeste.

O art. 1º institui formalmente o SINAERP, definindo-o como política pública voltada à promoção do empreendedorismo em contextos socioeconômicos frágeis, priorizando territórios vulneráveis e regiões menos desenvolvidas do país.

O art. 2º dispõe sobre as diretrizes do sistema, que incluem: a redução de 50% nas taxas incidentes sobre financiamentos públicos concedidos a empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte situadas em áreas periféricas; a vinculação do acesso ao crédito à conclusão satisfatória de curso técnico-formativo; a prioridade para empreendimentos com planos de geração de emprego e inclusão produtiva, com atenção especial à contratação de mulheres chefes de família, jovens em situação de vulnerabilidade e migrantes ou refugiados; a oferta gratuita de



pesquisas de mercado e formação continuada; a vinculação dos empreendimentos a incubadoras, parques tecnológicos, arranjos produtivos locais e redes de inovação social; a obrigação de o Estado garantir segurança pública ostensiva nas regiões de implantação; e o financiamento de ações de apoio técnico e operacional aos empreendimentos

O art. 3º estabelece o conteúdo mínimo do curso técnico-formativo, que deverá abranger, no mínimo, aspectos como gestão financeira e contábil, sustentabilidade socioambiental, planejamento de negócios, marketing digital e noções básicas de legislação tributária, trabalhista e previdenciária. Define-se ainda que o curso será gratuito, ofertado em formato híbrido e adaptado à realidade regional, podendo ser ministrado por instituições públicas, conveniadas ou do Sistema S.

O art. 4º determina que os empreendimentos apoiados deverão apresentar regularidade no recolhimento de tributos após doze meses da obtenção do financiamento, além de entregar relatórios semestrais de impacto social, educacional e econômico, conforme regulamento.

O art. 5º especifica as fontes de financiamento do programa, que incluem recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, de emendas parlamentares, de transferências voluntárias da União, de receitas oriundas da exploração de petróleo e gás natural, de aportes do Sistema S e de entidades do terceiro setor, bem como doações privadas e de organismos internacionais.

O art. 6º estabelece a prioridade de implementação do SINAERP nas Regiões Norte e Nordeste, com previsão de expansão nacional gradual, e determina revisão periódica da execução do Programa a cada oito anos pelo Congresso Nacional.

O art. 7º prevê a edição de regulamento nacional para detalhar as metas anuais e indicadores de impacto educacional, social e econômico; critérios de avaliação de desempenho dos empreendimentos; mecanismos rígidos de prevenção à corrupção e ao desvio de finalidade, incluindo auditorias externas, conselhos de controle social e transparência ativa nos portais oficiais.



Por fim, o art. 8º dispõe que a Lei decorrente da presente proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

O projeto, que tramita em regime ordinário, está sujeito à apreciação conclusiva e foi distribuído a esta Comissão de Indústria, Comércio e Serviços; à Comissão de Finanças e Tributação, que apreciará o mérito da proposição e sua adequação orçamentário-financeira; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se manifestará sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

Não foram apresentadas emendas neste Colegiado no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 2.491, de 2025, institui o “Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas – SINAERP”, que é um programa nacional de incentivo ao empreendedorismo em áreas periféricas urbanas, comunidades vulneráveis e regiões de baixa densidade econômica, com ênfase nas Regiões Norte e Nordeste.

Mais especificamente, a proposição prevê medidas de apoio financeiro, qualificação técnica, assistência operacional e integração a redes de inovação, e estabelece mecanismos de monitoramento, prevenção à corrupção e ao desvio de finalidade. Prevê ainda a existência de contrapartida estatal em segurança pública, configurando-se assim como política pública abrangente e estruturada.

É importante que seja destacado o perfil do público que pode ser beneficiado pelo programa, que abrange, por exemplo, mulheres chefes de lares, jovens em situação de expulsão ou de ruptura familiar, bem como migrantes e refugiados em regiões de intensa movimentação populacional (como no estado de Roraima). Por buscar levar pessoas em situação de vulnerabilidade a empreender, sobretudo em regiões com menor índice de desenvolvimento, a proposição se mostra como importante instrumento de mitigação da pobreza, com forte viés não apenas social, mas também econômico.



Na justificação do projeto, o autor aponta que o Brasil enfrenta profundas desigualdades no acesso ao mercado de trabalho formal, em especial no âmbito das comunidades periféricas e nas Regiões Norte e Nordeste do País. Ademais, o autor pondera que a taxa de informalidade, que em estados como Roraima ultrapassaria 60%, revelaria um ambiente adverso à inclusão produtiva, aspecto que é agravado por desemprego juvenil, imigração em massa e falta de infraestrutura econômica.

Nesse contexto, o autor considera que o SINAERP representaria um programa transformador, capaz de financiar, capacitar e proteger novos empreendedores em um ciclo sustentável de inclusão, ao mesmo tempo em que garantiria fiscalização, metas claras e contrapartida estatal. Ressaltou ainda que a proposta se alinharia a experiências internacionais bem-sucedidas em países como Colômbia, Índia e África do Sul, onde políticas semelhantes teriam reduzido o desemprego juvenil e fortalecido as economias locais.

Entretanto, alguns pontos são sensíveis. O Sistema S é composto por entidades autônomas administrativa e financeiramente, com patrimônio próprio e atuação em regime de iniciativa privada, conforme seus respectivos estatutos. Assim, impor obrigações compulsórias sem a devida contrapartida, ou criar ônus que comprometam sua autonomia e sustentabilidade orçamentária, representa ingerência indevida.

Além disso, interferir na forma de atuação educacional das entidades, ao determinar gratuidade de cursos ou custeio de incentivos instituídos pelo Poder Público, viola a natureza jurídica e o modelo de funcionamento do Sistema S.

Outro ponto que merece destaque é a redução de 50% em todas as taxas e encargos incidentes sobre financiamentos públicos, bem como a utilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento e do Fundo de Amparo ao Trabalhador como fontes de financiamento do SINAREP, sem a devida estimativa do impacto orçamentário-financeiro e sem a indicação da origem dos recursos para custear as eventuais despesas.



Enfim, consideramos que a presente proposição aborda questões importantes relativas, mas sendo necessária ajustes.

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação do Projeto de Lei nº 2.491, de 2025, com substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JOSENILDO
Relator



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.491, DE 2025

Institui o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas (SINAERP), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas – SINAERP, com o objetivo de fomentar, qualificar e integrar políticas públicas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo em áreas periféricas urbanas, comunidades vulneráveis e regiões de baixa densidade econômica, com ênfase nas Regiões Norte e Nordeste.

Art. 2º São diretrizes do SINAERP:

I – Priorização de financiamento para empreendimentos que apresentem planos de geração de empregos e inclusão produtiva local, especialmente com:

- a) Contratação de mulheres chefes de família;
- b) Inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade decorrente de abandono, afastamento familiar ou acolhimento institucional;
- c) Contratação de migrantes e refugiados em regiões de intensa movimentação populacional, como instrumento de mitigação da pobreza e prevenção da criminalidade.

II - Oferta gratuita, com apoio do Sebrae e de instituições de ensino superior públicas e comunitárias, de pesquisas de mercado locais e formação continuada para os empreendedores beneficiados;

III – Vinculação, sempre que possível, dos empreendimentos apoiados a mecanismos de incubação, parques tecnológicos, arranjos



produtivos locais e redes de inovação social;

IV – Assegurar, por meio do Poder Público, contrapartida em ações de segurança pública ostensiva e estratégias de proteção comunitária nas áreas em que forem implantados núcleos de empreendedorismo vinculados ao Programa;

V – Financiamento de ações de apoio técnico e operacional aos empreendimentos, por meio de recursos específicos.

Art. 3º A formação continuada prevista no inciso II do art. 2º, deverá contemplar, no mínimo, os seguintes eixos:

I - Gestão financeira e contábil;

II - Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;

III - Planejamento de negócios e estudo de mercado;

IV - Marketing digital e posicionamento comercial;

V - Noções de legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

Art. 4º Os empreendimentos apoiados deverão:

I – Apresentar regularidade no recolhimento de tributos após 12 meses da obtenção do financiamento;

II- Apresentar relatórios semestrais de impacto social, educacional e econômico, conforme regulamento.

Art. 5º Constituem fontes de financiamento do SINAERP:

I – Recursos oriundos de emendas parlamentares impositivas e de transferências voluntárias da União;

II – Doações privadas e recursos de organismos internacionais de desenvolvimento e fomento.

Art. 6º O SINAERP terá prioridade de implementação nas Regiões Norte e Nordeste, adotado cronograma progressivo de expansão nacional.

Parágrafo único. A execução do Programa será objeto de revisão periódica a cada 8 (oito) anos pelo Congresso Nacional, com vistas ao aprimoramento



contínuo de suas ações.

Art. 7º O regulamento nacional do SINAERP disporá sobre:

I- As metas anuais e indicadores de impacto educacional, social e econômico;

II- Critérios de avaliação de desempenho dos empreendimentos;

III- Mecanismos de prevenção à corrupção e ao desvio de finalidade, compreendendo auditorias externas, conselhos de controle social e transparência ativa nos portais oficiais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JOSENILDO
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 2.491, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, em reunião ordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.491/2025, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Josenildo.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Beto Richa - Presidente, Any Ortiz e Josenildo - Vice-Presidentes, Aliel Machado, Amaro Neto, Augusto Coutinho, Ivoneide Caetano, Jorge Goetten, Luis Carlos Gomes, Luiz Fernando Vampiro, Daniel Agrobom, Felipe Carreras, Lucas Ramos, Luiz Gastão e Vitor Lippi.

Sala da Comissão, em 16 de dezembro de 2025.

Deputado BETO RICHA
Presidente



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 2.491, DE 2025

Institui o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas (SINAERP), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas – SINAERP, com o objetivo de fomentar, qualificar e integrar políticas públicas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo em áreas periféricas urbanas, comunidades vulneráveis e regiões de baixa densidade econômica, com ênfase nas Regiões Norte e Nordeste.

Art. 2º São diretrizes do SINAERP:

I – Priorização de financiamento para empreendimentos que apresentem planos de geração de empregos e inclusão produtiva local, especialmente com:

- a) Contratação de mulheres chefes de família;
- b) Inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade decorrente de abandono, afastamento familiar ou acolhimento institucional;
- c) Contratação de migrantes e refugiados em regiões de intensa movimentação populacional, como instrumento de mitigação da pobreza e prevenção da criminalidade.

II - Oferta gratuita, com apoio do Sebrae e de instituições de ensino superior públicas e comunitárias, de pesquisas de mercado locais e formação continuada para os empreendedores beneficiados;

III – Vinculação, sempre que possível, dos empreendimentos apoiados a mecanismos de incubação, parques tecnológicos, arranjos



produtivos locais e redes de inovação social;

IV – Assegurar, por meio do Poder Público, contrapartida em ações de segurança pública ostensiva e estratégias de proteção comunitária nas áreas em que forem implantados núcleos de empreendedorismo vinculados ao Programa;

V – Financiamento de ações de apoio técnico e operacional aos empreendimentos, por meio de recursos específicos.

Art. 3º A formação continuada prevista no inciso II do art. 2º, deverá contemplar, no mínimo, os seguintes eixos:

I - Gestão financeira e contábil;

II - Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;

III - Planejamento de negócios e estudo de mercado;

IV - Marketing digital e posicionamento comercial;

V - Noções de legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

Art. 4º Os empreendimentos apoiados deverão:

I – Apresentar regularidade no recolhimento de tributos após 12 meses da obtenção do financiamento;

II- Apresentar relatórios semestrais de impacto social, educacional e econômico, conforme regulamento.

Art. 5º Constituem fontes de financiamento do SINAERP:

I – Recursos oriundos de emendas parlamentares impositivas e de transferências voluntárias da União;

II – Doações privadas e recursos de organismos internacionais de desenvolvimento e fomento.

Art. 6º O SINAERP terá prioridade de implementação nas Regiões Norte e Nordeste, adotado cronograma progressivo de expansão nacional.

Parágrafo único. A execução do Programa será objeto de revisão periódica a cada 8 (oito) anos pelo Congresso Nacional, com vistas ao aprimoramento



contínuo de suas ações.

Art. 7º O regulamento nacional do SINAERP disporá sobre:

I- As metas anuais e indicadores de impacto educacional, social e econômico;

II- Critérios de avaliação de desempenho dos empreendimentos;

III- Mecanismos de prevenção à corrupção e ao desvio de finalidade, compreendendo auditorias externas, conselhos de controle social e transparência ativa nos portais oficiais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JOSENILDO
Relator

Deputado BETO RICHA
Presidente



FIM DO DOCUMENTO